

A POLÍTICA DE IDENTIDADE NAS NOVAS GUERRAS E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DIFERENÇA: NOTAS A PARTIR DA CULTURA E DA IDENTIDADE

Marcelo M. Valença*

RESUMO

O artigo explora, a partir da discussão sobre políticas de identidade nas novas guerras, a politização do nacionalismo a partir da problematização da diferença e como essa politização ocasionaria conflitos armados. Defendo que as políticas de identidade se baseiam na distinção entre o Eu e o Outro para criar padrões considerados civilizados e não-civilizados e, com isso, garantir àqueles o pressuposto da razão e da correção, de forma a deslegitimar a relação política entre diferentes comunidades étnicas. Em última instância, essa deslegitimação proporciona uma nova ordem, pautada na violência. Compreender como opera a política de identidades permite superar a sub-teorização de duas questões-chaves para as novas guerras, as questões cultural e identitária.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Novas Guerras; Cultura; Política de Identidade.

ABSTRACT

The article explores the use of nationalistic discourses to create and exacerbate the difference between ethnic groups in the so-called new wars. By using as theoretical reference the debate on politics of identity in the new wars, the paper investigates how such use would lead to armed conflicts. The article's main argument suggests that the politics of identity are based on the distinction between the I and the Other to create patterns of civilized and uncivilized behaviors in order to assure to the former the primacy of reason and correction, delegitimizing the political relation between these groups. Such delegitimation of politics creates a new political

* Doutor em Relações Internacionais (PUC-Rio, 2010), bolsista recém-doutor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). Rua Visconde de Caravelas, 98/507. Botafogo, Rio de Janeiro, RJ CEP 22271-030, email: marcelovalenca@me.com www.marcelovalenca.com

order, based on violence. To understand the politics of identity helps to overcome the sub-theorization of two key aspects of the new wars, culture and identity.

Keywords: International Relations; New Wars; Culture; Politics of Identity.

INTRODUÇÃO

Este artigo discute a dinâmica da política de identidades nas novas guerras a partir da obra de dois teóricos das Relações Internacionais que trabalham com a questão cultural e a formação de identidades coletivas. São eles Beate Jahn (2002) e Rodney Hall (1999). O objetivo é refletir sobre a construção da diferença e do antagonismo entre grupos políticos dentro do Estado a partir de referenciais culturais decorrentes das identidades coletivas atribuídas a eles. O acirramento dessas diferenças levaria, por fim, ao conflito armado.

Como bases teóricas, o artigo se sustenta a partir de três eixos principais: (i) o debate sobre novas guerras, (ii) a reflexão sobre cultura proposta por Jahn e (iii) o processo de construção da identidade nacional coletiva desenvolvido por Hall. De modo complementar, o artigo traz como argumento crítico para a politização da diferença nas novas guerras o duplo processo de exclusão e o conceito de internacional moderno proposto por R. B. J. Walker (2006).

A percepção de novos espaços de atuação da política se mostra particularmente importante para a reflexão sobre os novos processos de delimitação de fronteiras e de diferenciação entre os indivíduos, o que conduziria à ideia de intersubjetividade dos atores políticos. A interação entre eles é necessária para que o processo de inclusão e exclusão nas fronteiras do internacional moderno aconteça. Pela própria existência de diferença entre os atores políticos, um deles tomará o outro como não-civilizado, enquanto reserva para si a prerrogativa da razão e da correção moral. A maneira como este diálogo é estabelecido determina como as políticas de identidade serão constituídas, estabelecendo princípios legitimadores de uma nova ordem e, com isso, constituindo novas formas de interação entre os atores políticos. No caso das novas guerras, esta interação operaria de forma violenta, pois resultaria das políticas de identidade, construída a partir de um discurso excludente e primordialista.

O presente artigo relaciona a discussão teórica sobre novas guerras a uma parte do recente arcabouço teórico de Relações Internacionais que trabalha com a distinção entre o Eu e o Outro e problematiza a identidade como forma de racionalidade e exclusão tomando como foco a questão

cultural. Contudo, apesar disso, o artigo não se detém em aspectos empíricos: o debate sobre novas guerras servirá para introduzir a discussão teórica que se seguirá e terá como principal função buscar um fio condutor para ligar o pensamento dos autores trabalhados em torno do conceito de cultura e de política de identidades.

Como nas novas guerras há a aproximação entre os planos internacional e doméstico, a discussão sobre cultura e identidade, nos termos propostos, se mostra adequada para problematizar tal reflexão. Isso é particularmente importante especialmente pela forma como as políticas de identidade nas novas guerras resgatam elementos pré-estatais¹ para fundamentar seus pleitos. O estabelecimento de novas fronteiras de exclusão e inclusão, que rompem os limites estatais, evidenciam a formação de um novo padrão de semelhança e diferença, que é compreendido como um novo “internacional”.

Em termos teóricos, o entendimento ortodoxo de internacional surge como forma de separar o que é familiar à comunidade política (estatal) de outros padrões morais, éticos e comportamentais. O próprio papel do Estado para as Relações Internacionais reflete esse marco. Aquilo que está para além das fronteiras do Estado representa um espaço de diferença e tem tratamento distinto dos temas que estão dentro de suas fronteiras. Com o estabelecimento de novas fronteiras a partir de novos padrões de exclusão e inclusão, novos internacionais são criados e novos elementos caracterizadores da diferença surgem, reformulando as relações políticas entre os grupos. Mais do que geográfico, o internacional é um espaço político.

Contudo, é preciso ressaltar que apesar da discussão trazida neste artigo se basear em autores que propõem o diálogo com a diferença no plano internacional, acreditamos que suas conclusões possam ser trazidas para o plano doméstico. Beate Jahn trata do encontro e interação entre culturas de povos diferentes, marcando a formação do pensamento moderno, mas sua contribuição para o estudo da cultura ajuda a explicar a interação e a remodelação da cultura entre comunidades políticas domésticas, no Estado inclusive. Não à toa ela se vale da Antropologia Cultural para sustentar

¹ Cabe aqui uma ressalva quanto a pensar em termos “pré-estatais”. Inicialmente e por este artigo utilizar autores que discutem mudanças no sistema internacional considerando comunidades políticas não-estatais, é importante que não fiquemos presos ao modelo estatal de organização política. Ademais, e em consonância com a utilização do argumento de Walker (2006), pensar em termos pré-estatais nos ajudaria a mostrar que as fronteiras do político não são delimitadas exclusivamente por e a partir de unidades estatais. Com isso, podemos pensar em outras formas de relação entre os atores, justificando tal recurso ao uso da cultura como elemento de análise. Assim, as novas guerras pensadas em termos pré-estatais levariam ao questionamento da legitimidade do Estado através de identidades políticas estabelecidas antes da formação deste – a política de identidade (Kaldor, 2001).

seus argumentos, permitindo que a unidade política de análise se desloque da comunidade estatal para agrupamentos políticos não-estatais.

Rodney Hall, por sua vez, explora o processo de nacionalização dos Estados através de uma lente wendtiana, que compreende a agência a partir da atuação política dentro do Estado. Assim, as identidades coletiva e individual que o autor utiliza como referenciais podem ser entendidas como pertinentes aos grupos políticos domésticos e os indivíduos que os compõem, respectivamente.

Finalmente, R. B. J. Walker trata sobre as formas de interagir e dialogar diante da presença da diferença. Acreditamos que estas não se limitam ao plano exterior ao Estado, podendo ser realçadas a partir do estabelecimento de fronteiras de qualquer natureza, desde que caracterizem a diferenciação entre o Eu e o Outro. Assim, a nacionalização dos processos de exclusão através do binômio civilizado/não-civilizado não impede a produção de efeitos no sistema internacional, como a ampliação da agenda de segurança ou a securitização de novas questões políticas.

A síntese de tal debate pode ser percebida nas práticas políticas que caracterizam as novas guerras, que refletem a construção de um novo “internacional”. A diferença é construída a partir de valores anteriores ao Estado, o que sustentaria uma suposta rivalidade ancestral que a figura estatal tentou amenizar através de um projeto nacional.

Deste modo – e considerando que tal rivalidade é insuperável – o inimigo é rotulado e caracterizado como bárbaro, o que impede que ele seja tratado na esfera da política normal. Restaria, pois, a violência como forma de interação. Os limites dessa violência extrapolariam o civilizado porque ela não se dirigiria a outro indivíduo, mas a uma categoria derivada dos processos de exclusão que tornaria o Outro um não-humano. A tensão e insegurança tradicionalmente atribuídas ao plano internacional são trazidas para o plano doméstico, redefinindo o espaço do político através de um discurso identitário ambíguo. Estes envolveriam uma combinação de eventos contemporâneos e o resgate de mitos de origem pré-estatais na constituição de uma retórica excludente.

Recorrer a essas práticas discursivas como forma de explicar as novas guerras é uma saída comum para justificar a ocorrência destes conflitos, mas entendemos não ser suficiente para uma análise mais consistente. A identidade coletiva dos grupos – assim como a individual, relativa aos seus membros – não é um elemento estanque, nem tampouco opera no vácuo: ela sofre influências sociais e são constantemente moldadas, refletindo interesses políticos que não podem ser naturalizados ou menosprezados.

O problema que recai sobre as novas guerras se dá, justamente, pela pouca problematização sobre a dinâmica dessas políticas de identidade² auto-referenciadas, o que gera uma subteorização da questão da identidade. A literatura do campo se divide entre aqueles que trabalham com o tema orbitam em áreas correlatas ao estudo da guerra – como os estudos estratégicos, a economia política do conflito e reconstrução de Estados – e aqueles envolvidos com a História, que dão maior enfoque às práticas de resgate de símbolos passados e uma identidade naturalizada no discurso político. Em ambos os casos a questão identitária é apontada como elemento explicativo importante, mas resta negligenciada por não contribuir para os estudos históricos ou estratégicos.

De forma semelhante, a literatura que trata da questão identitária e dos processos discursivos de construção da diferença pouco avançam especificamente na questão das novas guerras por, justamente, não trabalharem com a beligerância. Surge, pois, uma lacuna explicativa em uma área que ofereceria largo espaço de discussão.

Consequentemente, perguntas importantes ficam em aberto. Se existe realmente essa auto-identificação dos atores para definir o que eles são e quais são seus valores, a partir de que diferenças pode se pensar o Outro? Mais, a forma como os grupos se auto-identificam é congelada no tempo ou sofre variações contingentes historicamente?

É isso que este artigo espera problematizar. Ao propor o recurso às teorias culturais e de formação da identidade de Rodney Hall e Beate Jahn, pretendemos avançar nesse aspecto e, com isso, produzir um espaço para reflexão no campo dos estudos das novas guerras.

NOVAS GUERRAS, POLÍTICAS DE IDENTIDADE E A SUBTEORIZAÇÃO DA IDENTIDADE

O debate sobre novas guerras ganhou força a partir do final da Guerra Fria, quando conflitos armados com baixo nível de institucionalização começaram a ganhar maior atenção principalmente no Leste Europeu e na África (VALENÇA, 2010). A literatura acadêmica que trata das novas guerras as apontam como originadas a partir da erosão do monopólio do uso da força ou da própria desintegração do Estado (HOLSTI, 1996, p. 26;

² Sobre o tema, Michael Brown (2001). Desta maneira, consideramos importante travar este debate sobre a politização da diferença e sua influência na construção do Outro nas novas guerras.

KALDOR, 2001, p. 4-6; ANGSTROM, 2005; MÜNKLER, 2005; FLEMING, 2008). Estas características fazem com que os limites que separavam o particular e o privado, o interno e o externo, o civil e o militar, sejam mitigados e, com isso, a distinção entre o que é tradicionalmente entendido como guerra e paz vá, gradualmente, perdendo força.

Essa aproximação entre esferas tratadas como distintas pela literatura de Relações Internacionais e estudos da guerra pode ser compreendida a partir de três elementos analíticos da guerra que se originam nos Estudos Estratégicos e na filosofia política e influenciaram as Relações Internacionais. São eles o warfare, a delimitação dos objetivos da guerra e a forma como o confronto é financiado. Aqui trataremos brevemente dos dois primeiros, i.e., do warfare e dos objetivos, como forma de encaminhar nosso argumento³.

Tradicionalmente, a forma como a guerra é travada envolve um alto nível de institucionalização das ações e está subordinada à legitimidade e à burocracia estatal. Estas características correspondem ao processo de formação e consolidação do Estado e reflete, na dimensão militar, a divisão do trabalho e a organização administrativa existente em outras atividades do Estado. A violência decorrente da guerra é limitada, envolvendo apenas os agentes do Estado que detém tal papel, e tem como fim atingir objetivos políticos definidos como de interesse nacional. A tríade clausewitziana de governo-exército-população é respeitada e apenas o exército se envolve na guerra, para garantir os interesses do governo e proteger a população.

As novas guerras rompem com essa organização e senso de unidade para se mostrarem mais fragmentadas e informais. A maneira como o warfare é desenvolvido nas novas guerras corresponde a um tipo de violência organizada assemelhada não apenas à guerra, mas também ao crime organizado. O resultado é a produção de efeitos não só na esfera doméstica, como a violação maciça de direitos humanos, como também no plano internacional, como ondas de refugiados e instabilidade política regional. A ruptura da institucionalização característica da guerra faz com que a tríade clausewitziana seja negligenciada e todos os seus elementos passem a ser parte da guerra, tanto no pólo ativo quanto no passivo.

Os objetivos das novas guerras também são distintos das chamadas guerras tradicionais (HOLSTI, 1996). A disputa não seria apenas por poder como tradicionalmente é compreendido, mas recairia sobre governança, identidades políticas pré-estatais e o status destas identidades no interior do Estado. Ademais, eles não seriam mais definidos a partir do ideal de

³ Sobre as características das novas guerras, seus elementos analíticos e uma distinção mais completa entre as novas guerras e as guerras tradicionais, ver Valença (2010).

interesse nacional, representando um objetivo comum aos membros daquela sociedade. Nas novas guerras há a manipulação de símbolos culturais e discursos para reformular os ideais de identidade e criar a diferença, redefinindo quem representa o inimigo a ser enfrentado (KALDOR, 2001, p. 78-79). Com a fragmentação do Estado em grupos antagônicos, a uniformidade do interesse nacional se encerra e abre espaço para o surgimento de interesses concorrentes, conflituosos e opostos. O Estado se torna um espaço de confronto entre identidades exclusivas e excludentes que questionam a sua legitimidade e a possibilidade da política acontecer através de vias não-violentas. A população civil passa a ser o alvo principal da violência, que é motivada e perpetuada por lembranças e resgates de eventos recentes e um suposto ressentimento histórico por parte das elites.

Estas práticas, de teor predominantemente discursivo, estimulam a mudança na forma como as identidades coletivas são percebidas e tratadas, permitindo a reapropriação de seus significados e a maneira como as coletividades se enxergam e interagem. Caracterizam-se, assim, as políticas de identidade. Elas podem ser definidas como práticas políticas que representam e evidenciam os interesses de membros de determinado grupo auto-definido a partir de elementos identitários em oposição a uma determinada ameaça, real ou suposta. As políticas de identidade representam uma resposta à negação de direitos ou prerrogativas àqueles grupos e podem se basear em aspectos tão diversos quanto cultura, religião, etnia ou qualquer outro elemento que permita a clara separação – e distinção – entre os supostos grupos acudados e aqueles que o ameaçam.

O desenvolvimento e exacerbação das políticas de identidade promovem uma fragmentação na unidade estatal, rompendo com a suposta unidade política que o Estado proporcionaria. Isto acontece porque o recurso à identidades pré-estatais exporia uma pluralidade identitária que o Estado tentaria ocultar e que é operacionalizada de forma a proteger determinados grupos.

O reforço de uma identidade pré-estatal, que desvincule os grupos em disputa, se mostra necessário, levando à desintegração ou erosão das estruturas do Estado moderno. De acordo com os teóricos que trabalham com a questão das novas guerras, esses resgates nostálgicos que formam as identidades das comunidades políticas são constituídos a partir de processos de auto-definição dos grupos políticos em face de uma característica cultural que delimitaria o pertencimento àquele grupo. Isto criaria uma barreira de exclusão a todos aqueles indivíduos que não tivessem tais peculiaridades.

A não-coesão do ente estatal vai de encontro à própria noção de Estado para as Relações Internacionais, que deixaria de ser o garantidor da

segurança para se tornar fonte da insegurança moderna (WALKER, 1997, p. 77). O resultado é a sensação de ilegitimidade política da autoridade estatal e a busca por poder a partir de demandas baseadas em identidade particular, resgatada pela representação nostálgica idealizada do passado, de caráter exclusivo e excludente:

political groupings based on exclusive identity tend to be movements of nostalgia, based on the reconstruction of an heroic past, the memory of injustices, real or imagined, and of famous battles, won or lost. They acquire meaning through insecurity, through rekindled fear of historic enemies, or through a sense of being threatened by those with different labels (KALDOR, 2001, p. 78).

Entretanto, o debate sobre novas guerras não problematiza tais colocações ou dilemas. Ao tratar as identidades como algo natural, ainda que socialmente constituídas, o tema é subteorizado e apenas uma dimensão das novas guerras é trabalhada pela literatura. Neste sentido, percebe-se duas tendências mais fortes de abordagem: uma que privilegia a dimensão da guerra e outra que se volta para o fenômeno em sua perspectiva histórica.

Aqueles que discutem as novas guerras em sua dimensão, digamos, beligerante, recorrem, grosso modo, aos três eixos analíticos que apontamos acima – o seu warfare, objetivos e formas de financiamento (VALENÇA, 2010). Nesta categoria estão incluídos autores como Mary Kaldor (2001), Kalevi Holsti (1996), Martin van Creveld (1991) e David Keen e Mats Berdal (1997).

Este grupo de autores discute as novas guerras a partir da comparação com as guerras tradicionais, interestatais. É por isso que os três eixos analíticos ficam evidentes, pois eles possibilitam que padrões de distinção sejam estabelecidos e, com isso, o fenômeno das novas guerras seja compreendido como, de fato, novo.

Ainda que alguns autores, como Mary Kaldor e David Keen (2000) apontem a globalização ou a difusão da cultura como fenômenos da contemporaneidade e, por isso, auxiliem em uma mudança qualitativa na natureza da guerra, a questão das identidades aqui é meramente instrumental. Ela fundamenta e naturaliza os padrões de rivalidade e inimizade e serve como justificativa para a prática da violência. Neste sentido, análises economicistas são trazidas para mostrar a utilidade da guerra para a perpetuação de empreendimento lucrativo (KEEN; Berdal, 1997; KEEN, 1998; COLLIER, 2000; ANDREAS, 2008) ou, ainda, mudanças na organização dos grupos beligerantes explicam a ruptura da institucionalização e a quebra do Estado a partir da alteração da percepção do espaço onde a política ocorre (KALDOR, 2001; FLEMING, 2008).

Os adeptos da visão histórica batalham, primeiramente, para definir se as novas guerras são novas em qualidade ou apenas temporalmente (NEWMAN, 2004; FLEMING, 2008; SNOW, 2008; ÖBERG et al, 2009). Neste caso, o debate gira em torno da existência de elementos de continuidade e ruptura na beligerância, de forma a comprovar que o uso de símbolos e discursos antagonistas é um fenômeno que se alterou com o tempo ou apenas uma atualização de práticas pretéritas.

Ignora-se, assim, o impacto sociopolítico que o processo de construção de identidades tem sobre as partes e sobre os grupos de apoio, pois tal questionamento extrapola as propostas explicativas dessas correntes. De forma semelhante, a manipulação de imagens e símbolos que caracterizam uma identidade, mas que não levam ao conflito armado, são postos de lado. Os casos trabalhados são apenas aqueles que produzem, como resultado, o conflito político e a beligerância. Portanto, recorrer a uma problematização dessa dimensão nos parece ser um aspecto que apenas fortaleceria o debate sobre as novas guerras.

A PROBLEMATIZAÇÃO DA DIFERENÇA

Como mostrado na seção anterior, as novas guerras promovem e sustentam políticas de identidade para delimitar e separar grupos políticos através de critérios de auto-identificação, criando a distinções entre o Eu e o Outro onde antes não existia tal diferença. Ou melhor, a diferença poderia existir, mas não era tomada como um elemento problemático. As fronteiras que promoviam as diferenças internas eram tidas como de menor importância que aquelas que separavam as comunidades políticas estatais umas das outras, evidenciando a diferença entre estas coletividades.

Grosso modo, as relações entre comunidades políticas estatais se baseiam em uma dialética de exclusão sustentada pelos atributos da soberania, com a possibilidade de recurso à violência (WALKER, 2006, p. 61). Instituições como o direito internacional, a guerra e a diplomacia sustentavam a contento as relações políticas entre os Estados. A política aconteceria a partir do respeito à soberania e da diferença – desde que mantida dentro dos limites do Estado.

Contudo, a dinâmica da política internacional que levou ao questionamento das estruturas estatais – que não cabem ser analisadas aqui – promoveu a mudança de enfoque sobre as diferenças no interior do Estado. Estas passaram a importar e ser problematizadas, gerando efeitos políticos e demandando maior atenção à diferença. Assim, novas fronteiras foram erguidas, evidenciando a diferença existente os grupos políticos localizados dentro da comunidade política estatal. Ainda que as fronteiras geopolíticas continuassem a existir, outros limites, outras formas

de separação, assumiam maior destaque, gerando dicotomias insuperáveis em função da condição de modernidade (WALKER, 2006).

Este novo cenário traz à tona o que Walker chama de processos de dupla exclusão: as fronteiras assumem novos papéis, produzindo espaços diferenciados e contingentes que não podem ser contidos em um intervalo determinado. A violência, antes concentrada no monopólio estatal, assume novas formas e é empregada por outros atores, passando a ser representada pelas práticas de discriminação e pelos espaços de diferença e semelhança aonde o conflito pode eclodir. As políticas de identidade passam a prevalecer sobre as chamadas políticas de ideias, projetos coletivos e visando o futuro que serviram de lastro para o desenvolvimento e fortalecimento do Estado em seu processo de formação.

É isto que constituiria o processo de dupla exclusão do internacional moderno: a atuação da subjetividade sobre si mesmo para criar elementos de subjetividade para o Outro partindo de uma auto-referência para determinar diferenças entre o Eu e o Outro (WALKER, 2006, p. 58). O novo cenário político assume um discurso de eliminação de fronteiras onde o Eu e o Outro constituiriam uma mesma categoria ontológica e, assim, haveria a integração no plano internacional entre os diferentes sujeitos políticos que integrariam esta categoria. O internacional moderno seria então um espaço livre, no qual coexistiriam diferentes tipos de sujeitos que articulariam suas relações entre si, todos com capacidade de agência. Ao afirmar que as fronteiras promoveriam uma sensação de integração, tem-se a imagem de um mundo sem limites, permitindo a interação entre os diferentes tipos de agentes que atuam nas novas guerras, tanto domésticos quanto internacionais.

No entanto, como ressaltado, as fronteiras tradicionais abriram espaço para a ascensão de outras formas e padrões de separação. Estas novas fronteiras problematizavam a diferença entre culturas, determinando a separação entre o civilizado e o não-civilizado. Este novo espaço que surge – o internacional moderno – se transforma na síntese dos muitos mundos que são excluídos, dentro e fora das comunidades políticas. A separação política que o internacional moderno pressupõe continua a existir – afinal, há a definição do Eu e do Outro –, mas assumindo outros significados que mascaram a realidade.

Estas novas fronteiras, que problematizariam a diferença também no plano doméstico, passam a ter localização turva, promovendo a separação do civilizado e não-civilizado como categorias ontológicas antagônicas,

⁴ Apesar deste artigo tratar da criação de diferenças entre comunidades políticas dentro do Estado, Walker trabalha com a idéia e o termo “internacional moderno”. De forma a manter a uniformidade no tratamento, utilizaremos a expressão internacional moderno, mesmo que nos arrisquemos a soar contraditórios.

reificando o modelo tradicional de política. As fronteiras tradicionais não deixariam, porém, de existir, e continuariam a refletir o ideal da modernidade de separação entre comunidades políticas.

Contudo, essas novas fronteiras, ao mesmo tempo em que aproximam o internacional do doméstico, reforçam a clivagem entre as diferenças, promovendo a exclusão de modo mais forte. Elas acabam por ser reproduzidas em binômios e antíteses relacionados com a modernidade, tal como as próprias concepções de dentro e fora, amigo e inimigo, universal e específico – presentes tanto nas novas guerras quanto na dimensão teórica das Relações Internacionais –, adequando-se perfeitamente ao discurso anteriormente tido como pertencente à modernidade.

A violência produzida por estas novas dicotomias não mais se restringiria aos limites da política tradicional, reproduzindo-se em meios antes não concebidos. As novas guerras são um sinal disso, com práticas de eliminação e assimilação coercitiva através da caracterização do Outro como não-civilizado. A construção social das práticas que originam as políticas de identidade servem como novos referenciais para estabelecer as fronteiras não só do que é politicamente aceitável, mas também de quem pode ser incluído no rol dos civilizados e quem não o pode.

Para Walker, lidar com o bárbaro, a antítese do valor defendido pelo Eu, seria possível, mas exigiria outras formas de relacionar-se com a diferença. Uma dessas formas é a acomodação e aceitação diplomática, ou seja, a aceitação da diferença como exótica, mas que não conseguiria ser comportada a partir dos valores estabelecidos pelos padrões do Eu. Todavia, o recurso à violência continua presente como método válido de se fazer a política das novas guerras. É compreender este tipo de relacionamento que nos interessa no estudo desse fenômeno.

Os cenários e relações ontológicas criados pela modernidade e pelo novo internacional se complementariam de maneira a criar uma dualidade quase que insuperável, apesar de não serem capazes de explicar as mudanças percebidas nas relações entre os atores. Mas a conceituação do novo internacional nos ajudaria a problematizar a diferença e perceber a violência a partir das novas políticas de identidade.

Desta maneira, apesar do argumento de Walker carecer deste fator conclusivo, ele nos instiga a perceber a importância de se considerar a diferença na forma como a política moderna é estabelecida e como a diferença leva a considerar novos problemas que antes não constavam nas agendas políticas. É isto fazemos na próxima seção, através do estudo da cultura na obra de Hall e Jahn e de sua problematização para a construção das políticas de identidades das novas guerras.

A CONSTITUIÇÃO DA CULTURA

A problematização da diferença nos termos propostos por Walker (2006) ajuda a entender o Estado como ator não-unitário e não-coeso, justificando a existência de grupamentos políticos dentro deles. E através da interação entre essas comunidades temos a formação de uma comunidade política estatal. Esta interação promove as políticas de identidade, levando a se pensar a forma como a diferença é ou não problematizada, como mostrado anteriormente.

Iniciamos a análise da cultura visando a problematização do nacionalismo e das políticas de identidade a partir de Rodney Hall. Sua proposta é desenvolver uma teoria sistêmica de agência baseada na nacionalização dos atores estatais para explicar as mudanças no plano internacional. Hall – adotando a teoria de Alexander Wendt (1999)⁵ – opta por tomar os eventos e relações entre atores e estruturas como contingentes historicamente, ao contrário das teorias sistêmicas tradicionais. A agência dos atores será demonstrada como inerentemente dinâmica e constituirá a identidade coletiva dos Estados⁶.

A fim de estudar as políticas de identidade nas novas guerras através da politização do nacionalismo na obra de Hall, é preciso entender como as identidades dos grupos políticos domésticos se formam a partir da compreensão da identidade coletiva do Estado. A partir daí pode-se entender o que Hall toma por cultura, de modo a promover o seu diálogo com Beate Jahn.

A forma como os indivíduos – que possuem capacidade de agência – se auto-definem através da interação com outros indivíduos, dentro e fora dos Estados, constitui as identidades individuais dos agentes domésticos

⁵ Apesar de Hall se valer do artigo de 1992 de Alexander Wendt, este trabalho faz a menção ao livro daquele autor, “Social Theory of International Politics”, de 1999, para buscar os conceitos necessários para sustentar seu argumento. O próprio Wendt remete seu livro ao artigo em questão. Não acreditamos, portanto, que haja prejuízo em tal utilização em função do livro conter o refinamento do argumento de Wendt, sem que haja contradições com o material referido por Hall à época de seu livro.

⁶ Neste ponto podemos perceber a ligação das identidades reclamadas pelas comunidades políticas nas novas guerras com a identidade dos atores na comunidade estatal. Cabe esclarecer que a teoria de Hall é sistêmica e se dirige ao plano internacional; quando falamos em novas guerras tratamos de eventos que acontecem no âmbito doméstico, com repercussões internacionais. Não vemos estas duas ideias como conflitantes porque podemos transportar o nível sistêmico para a arena política existente dentro do Estado, enquanto as identidades individuais das coletividades intra-estatais seriam transportadas para os indivíduos que formam os grupos políticos.

(Hall, 1999, p. 35). Elas são os aspectos endógenos das identidades nacionais coletivas e podem variar conforme as condições de interação com as demais identidades, não se mantendo estáticas ao longo do tempo.

A identidade nacional coletiva do Estado, por sua vez, é definida e reforçada a partir da co-constituição das identidades individuais no interior do Estado e pela interação com as estruturas do sistema. Com isso, ela é dotada de elementos endógenos e exógenos ao Estado (HALL, 1999, p. 36). É através desta identidade coletiva que a ação social se torna institucionalizada, implicando a equiparação entre a vontade dos indivíduos que participam da identidade coletiva com a vontade do Estado através da definição de suas prioridades.

Esta definição de prioridades é o que Hall chama de *will-to-manifest-identity*, onde os interesses dos atores não seriam naturalizados, mas dinâmicos e definidos conforme sua percepção de determinado momento político e também conforme a relação entre os atores e entre eles e a estrutura do sistema. Não apenas o cálculo racional afetaria o interesse dos atores, mas também a percepção das condições sistêmicas e das dinâmicas doméstica e internacional para se definir prioridades e estabelecer políticas.

A identidade coletiva é formada a partir da auto-identificação dos atores com base nos seus interesses e preferências. Pela descrição apresentada por Hall deste processo, a formação desta identidade não problematiza a relação com outras identidades coletivas para se constituir. Ela apenas leva em conta a relação com as identidades individuais dos membros que a compõem e a relação coletiva com a estrutura do sistema.

Não há, tampouco, a problematização da forma como as identidades são mantidas, apenas que estas podem ser alteradas pelo questionamento dos princípios do sistema. Isto acaba por prejudicar o entendimento sobre as relações entre as unidades do sistema em análise – seja no nível sistêmico como propõe Hall, seja no interior do Estado, com a relação entre as comunidades políticas nas novas guerras.

Neste contexto, fica claro que a teoria de Hall não se preocupa com quais grupos criam a identidade coletiva, nem como estes grupos adquirem certa supremacia para que seus interesses sejam lidos como os interesses estatais. Para ele, o importante é que o Estado se mostre como o veículo de manifestação desta identidade coletiva historicamente situada (HALL, 1999, p. 38). Esta manifestação não acontece tal como um aparato para classes dominantes, como poderia ser apreendido de teorias marxistas, mas decorre da necessidade de sobrevivência desta identidade coletiva no sistema internacional.

Desta maneira, como entender a cultura na teoria de Hall? Como o autor não se refere especificamente a este conceito, temos de extraí-lo da tipologia

wendtiana de identidades que Hall expressamente adota⁷. Wendt define cultura como sendo o conjunto socialmente compartilhado de conhecimentos e valores por parte de uma comunidade política (WENDT, 1999, p. 141). Este conceito expressa três pontos que devem ser ressaltados para possibilitar a ponte entre este marco teórico e o campo das novas guerras.

Inicialmente, trata-se de um conjunto de conhecimentos e valores. Isto significa que se incluem práticas, posturas políticas, crenças e outras formas de se perceber o mundo. Envolve, portanto, elementos históricos e outros contingentes à época de análise da cultura que determinada identidade carrega em diversos campos (WENDT, 1999, p. 142). Ademais, fala-se em algo socialmente compartilhado, i.e., que é comum a cada um dos atores e partilhado entre eles. Finalmente, temos a menção a uma comunidade política, o que implica a existência de algum tipo de elo entre os indivíduos que compartilham os valores.

Com isso, a produção da cultura na teoria de Hall teria caráter endógeno e aconteceria a partir da interação entre as identidades individuais existentes no interior do Estado. Sua manifestação no nível sistêmico se dá através da figura do Estado, reproduzindo este conjunto de valores por meio de sua identidade nacional coletiva. Mas, da mesma maneira como a identidade coletiva, não há problematização da maneira como a cultura é formada ou como esta cultura atua na esfera estatal. E isso nos parece que se torna um problema para uma teoria que se propõe a analisar a importância assumida pelo nacionalismo no sistema internacional.

A identidade individual para Hall é baseada na interação entre os atores, mas não a coletiva: justificar a identidade coletiva como a interação entre as identidades individuais e sua relação com a estrutura ignora a capacidade de outras identidades coletivas de moldarem umas as outras, em um processo de relacionamento mútuo e socialmente compartilhado. Ademais, com a pouca relevância dada à forma como as manifestações de nacionalismo ditam os rumos da política dentro do Estado, percebemos que não é possível problematizar tais manifestações, nem as políticas de identidade utilizando o arcabouço teórico de Hall.

Sua teoria se mostra suficiente para explicar as mudanças sistêmicas. Entretanto a atenção por ele dada ao nacionalismo não é capaz de explicar as políticas de identidade nas novas guerras, mesmo que ele especifique tal falha na literatura corrente de Relações Internacionais (HALL, 1999, p. 3-4). A lacuna é apontada, mas não preenchida.

⁷ Esta tipologia é discutida na obra de Wendt (1999) na página 302, mais especificamente, na nota n. 7.

O processo de formação e difusão das políticas de identidade nas novas guerras pode ser localizado na obra de Hall, mas não sofre a problematização necessária para uma contribuição mais decisiva na compreensão do tema. A teoria de Hall peca, portanto, ao ignorar esta relação mutuamente constitutiva que existe entre os atores para a produção de suas identidades e, conseqüentemente, o desenvolvimento de suas culturas: “[i]dentity is not a fact of society: it is a process of negotiation among people and interest groups. We cannot decide the status, or even the relevance, of identity a priori” (MCSWEENEY, 1999, p. 73).

A identidade não pode ser percebida no vácuo, sem que haja um elemento de contraposição a ela – o Outro. Sua constituição é um processo pautado na intersubjetividade e não-individualizado, como apontado por Hall. Ele considera apenas o processo intersubjetivo na construção da identidade individual, mas para a constituição da identidade coletiva isto não acontece. Para problematizar o nacionalismo e entender as políticas de identidade das novas guerras é preciso, portanto, buscar a relação na qual a identidade dos atores se forma, algo que não é buscado por ele. Nas palavras de Walker (2006, p. 63),

[a]ny analysis of modern politics that is concerned with only one side of this aporetic relationship must fail to understand the dynamics of modern politics, and will consequently either pose a dualistic choice between particularity to universality or tell us stories about the way we are already embarked on a journey to particularity to universality, or to cosmopolis, or to globalization, or to empire.

É no argumento de Beate Jahn (2000) que reside a tentativa de superar este ponto e problematizar as manifestações de nacionalismo, de modo a entender a questão das políticas de identidade das novas guerras. A autora entende cultura como um elemento integrante e constitutivo da natureza humana, não uma mera decorrência desta (Jahn, 2000, p. xii); logo não se pode falar sobre separação entre a natureza humana e a cultura.

Esta concepção é sustentada através do resgate do argumento de Clifford Geertz no campo da Antropologia Cultural. A ponte com outros ramos do conhecimento se mostra necessária porque a autora não acredita que as teorias de Relações Internacionais tratem de forma adequada o conceito de cultura (JAHN, 2000, p. 3-4).

Graças a esta conexão, cultura é definida por Beate Jahn como um conjunto de mecanismos e ferramentas construído socialmente através da interação entre agentes de diferentes naturezas que facilitaria o controle sobre o comportamento humano (JAHN, 2000, p. 4 apud GEERTZ, 1993, p. 44) através da consolidação em uma esfera política. Esta definição, assim como a wendiana adotada por

Rodney Hall, nos remete a uma concepção de cultura dinâmica e socialmente construída, que variaria conforme as condições político-sociais encontradas pela comunidade, não ficando congelada no tempo.

Pode-se perceber, portanto, que a cultura na concepção de Jahn é fruto do processo de socialização dos indivíduos, i.e., construída a partir de sua interação com outros indivíduos e dependente do espaço e do tempo em que se encontram. A sua contingência é reforçada pela idéia de que a cultura definiria as peculiaridades que possibilitariam o entendimento do mundo e o papel dos indivíduos nele, representando as práticas políticas que possibilitariam ou limitariam a reprodução da cultura ao longo do tempo. Mas, diferentemente do que é tomado pela teoria de Hall, a constituição da cultura envolve a interação entre agentes de diferentes naturezas, internos e externos às comunidades.

O desenvolvimento cultural é, portanto, dependente de entendimentos mútuos entre os diferentes atores que compõem o sistema, não podendo haver a desvinculação um do outro. A interação entre os atores proporciona o desenvolvimento daquele conjunto de mecanismos de controle e de resposta ao enfrentamento da diferença, levando a um constante desenvolvimento do aparato cultural conforme aumente o encontro entre as comunidades.

Desta maneira, o ideal de cultura para Jahn serve como elemento de interação entre as diferentes comunidades políticas, possibilitando o estabelecimento do diálogo ou outras formas de relação entre estas diferentes comunidades. As diferenças culturais não separariam os indivíduos, mas os levariam a buscar relações baseadas na necessidade de constituir a cultura a fim de se definirem sobre quem são e como enxergam o sistema.

A partir destes processos de interação, nota-se que os indivíduos são produtos e produtores da cultura (JAHN, 2002, p. 5): cultura é concebida com referência a outro ator, de forma a traçar padrões de diferenciação para com a outra comunidade política. Logo não se pode ignorar a importância da diferença no desenvolvimento cultural de uma comunidade política.

Neste contexto, entendemos que a utilização do conceito de cultura proposto por Geertz se mostra adequado ao entendimento das novas guerras porque o problema levantado por Jahn não é a existência do conflito frente às diferenças. A questão é entender a cultura como elemento dinâmico de constituição da natureza dos indivíduos, definido em confronto com o Outro.

Como comprovação deste argumento, Beate Jahn aborda o debate sobre os ameríndios durante o descobrimento da América e como o encontro com uma identidade diferente, que surge em um contexto inesperado, promoveu a revisão dos cânones tradicionais para se justificar certas posturas e práticas adotadas pelos descobridores.

A diferença que existia anteriormente e separava os europeus dos não-europeus deixou de ser problematizada porque já havia formas de lidar com ela. Contudo, uma vez que novas fronteiras foram apontadas – representadas pela existência dos ameríndios –, houve a necessidade de se lidar com a “nova” diferença.

A política de identidades assumida pelos europeus tinha como justificativa a predominância de uma das culturas, de modo que o Ocidente – eurocêntrico – constituiria o repositório legítimo de regras e preceitos morais. A política de identidades baseada na cultura européia passou a ter um caráter dogmático, da mesma maneira como as justificativas religiosas o eram anteriormente.

A busca por justificativas morais para as práticas políticas de dominação que Jahn descreve remete à relação intersubjetiva que mencionamos na primeira seção e está presente na concepção da autora de cultura. Esta intersubjetividade demandaria a legitimação das práticas políticas tomadas por reconhecer o Outro como sujeito, ainda que diferente e que uma eventual dominação de um dos lados da relação fosse estabelecida. Isto produziria e replicaria o binômios “civilizados-não-civilizados/bárbaros”, delimitados pelas fronteiras do internacional moderno. De todo modo, o recurso ao elemento cultural para resolver esses “problemas” é, para Jahn, o sinal de que esta é construída em oposição a outras culturas, servindo de lastro para as políticas de identidade.

Considerações finais e contribuições para o debate sobre novas guerras

Este artigo oferece uma nova perspectiva no debate sobre novas guerras ao propor a problematização da política de identidades a partir da discussão sobre os impactos da cultura. Para viabilizar essa proposta, nos valem dos trabalhos de Beate Jahn e Rodney Hall. Através deles, buscamos perceber como o processo de construção da identidade pode ser politizado, de forma a redefinir a relação com o Outro no interior do Estado e como essa redefinição repercutiria no debate sobre novas guerras.

O argumento de Walker serviu como arcabouço para a problematização da diferença e para perceber como esta diferença pode ser visualizada a partir de fronteiras delimitadoras. No caso das novas guerras, as fronteiras estabelecidas pelo internacional moderno traçam padrões de exclusão com base na dicotomia entre civilizado e não-civilizado, elementos que são pertinentes à argumentação de resgate da cultura nas novas guerras.

Isso nos remete às fronteiras desveladas pelas novas guerras: a diferença existente dentro dos Estados não era considerada porque havia outros

delimitadores da política que as suplantavam. Porém, uma vez que a diferença dentro das fronteiras se mostrou mais relevante, houve uma revisão dos princípios identitários que motivavam o discurso político e cultural de modo a abordar e justificar a diferença, ainda que esta justificativa busque compensar atos de violência. A relação entre o Eu e o Outro pode ser entendida a partir do duplo processo de exclusão da modernidade proposto pelo autor.

A partir desta ideia, a teoria de agência de Rodney Hall é resgatada para mostrar como nacionalismo e identidade se traduzem na problematização da cultura, produzindo efeitos na construção das políticas de identidade. Contudo, na forma como essa teoria é pautada, percebemos que não importa como a agência é constituída, nem tampouco como as identidades coletivas se constroem.

A insuficiência da teoria de Hall incide no fato de que as identidades coletivas apenas representam a interação entre a manifestação das identidades individuais dentro da comunidade política e as estruturas do sistema onde estas comunidades estão localizadas. A problematização do nacionalismo se torna inviável dentro desta teoria e, por consequência, o entendimento da formação das políticas de identidade dentro de uma teoria sistêmica, ainda que preocupada com a nacionalização dos atores estatais. Assumir esse viés para superar a subteorização da identidade nas novas guerras é mascarar um problema da literatura através do recurso a um modelo complexo e com vasto potencial explicativo – mas não para este caso.

Assim, o artigo se volta para o tratamento dado por Beate Jahn à cultura. A autora trata a cultura como um elemento relacional, onde os atores políticos são, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos da constituição cultural, independentemente do grau de importância ou de “hierarquia” que possuem na arena política. Esta abordagem mostra-se mais condizente com as políticas de identidade que são apresentadas nas novas guerras e também dialogam com mais força com a problematização da diferença entre civilizados e não-civilizados no internacional moderno de Walker.

Da mesma maneira como os europeus precisaram buscar em seu aparato cultural ferramentas para justificar as posturas tomadas frente aos ameríndios, resgatando dogmas religiosos e os argumentos das guerras justas até chegar à construção do estado de natureza, os beligerantes nas novas guerras também o fazem. Ao trazerem símbolos que resgatam glórias passadas associados a eventos recentes (KALDOR, 2001), as novas guerras promovem a revisão do cânone cultural dos grupos envolvidos para consolidar uma política de identidade de exclusão frente ao Outro ao mesmo tempo em que adequaria o conjunto de valores culturais às demandas contemporâneas.

Apesar dos conceitos de cultura utilizados por Hall e Jahn guardarem semelhanças entre si por sugerirem a ideia de um conjunto compartilhado socialmente de valores que guiará a percepção do mundo, a forma como problematizam a diferença entre as culturas é distinta. Hall não toma esta questão como necessária, acabando por demonstrar apenas a comunidade política como fonte de manifestação de uma cultura endógena, a partir da identidade auto-definida pelo agente. Jahn, por sua vez, entende a cultura como fruto do relacionamento entre os diferentes atores do sistema, dialogando com a diferença de modo constante.

Ao mesmo tempo, não se pode tomar as características que delineiam o comportamento dos atores como auto-referenciadas: cultura e identidades – assim como a própria política de identidades – são elementos socialmente constituídos, mesmo que resgatem elementos nostálgicos.

Desta maneira, as novas guerras criam padrões de relacionamento baseados no estabelecimento de fronteiras, politizando a diferença a partir de manifestações nacionalistas e estabelecendo diferenças a partir da concepção de civilizado e não-civilizado, tal como acontecia com a política “tradicional”. Entender esta dinâmica através do estudo da cultura e como esta ajuda na formação das políticas de identidade ajudaria a suprir uma lacuna que existe nos estudos destas novas guerras. Este artigo é um primeiro avanço nessa direção e esperamos que traga uma maior reflexão sobre essas questões.

REFERÊNCIAS:

ANDREAS, Peter. Blue helmets and black markets: the business of survival in the siege of Sarajevo. New York: Cornell University Press, 2008.

ANGSTROM, Jan. Introduction. In: DUYVESTYEN, Isabelle; ANGSTROM, Jan (Ed.). Rethinking the Nature of War. Londres: Frank Cass, 2005. Disponível em: <<http://www.questia.com/read/109146942?title=1%3a%20Introduction>>. Acesso em: 17 out. 2011.

BROWN, M. Ethnic and internal conflicts: causes and implications. In: CROCKER, C.; HAMPSON, F. O.; AALL, P. (Ed.). Turbulent Peace: the challenge of managing international conflicts. Washington, D.C.: United States Institute of Peace Press, 2001

COLLIER, Paul. Doing well out of war: an economic perspective. In: BERDAL, Mats; MALONE, David (Ed.). Greed and Grievance: economic agendas in civil wars. Ottawa: Rynne Lienner, 2000.

CREVELD, Martin van. *Transformation of war*. New York: The Free Press, 1991.

FLEMING, Colin M. *New or Old Wars? Debating a Clausewitzian Future*. *Journal of Strategic Studies*, v. 2, n. 32, p. 213-241, 2008.

HALL, R. *National collective identity: social constructs and international systems*. New York: Columbia University Press, 1999.

HOLSTI, Kalevi J. *The state, war, and the state of war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

JAHN, B. *The cultural construction of international relations: the invention of the state of nature*. Palgrave: New York, 2000.

KEEN, David. *Incentives and disincentives for violence*. In: BERDAL, Mats; MALONE, David (Ed.). *Greed and grievance: economic agendas in civil wars*. Ottawa: Rieener Liener, 2000.

KEEN, David. *The economic functions of violence in civil wars*. *Adelphi Paper*, v. 38, n. 320, 1998.

KEEN, David; BERDAL, Mats. *Violence and economic agendas in civil wars: some policy implications*. *Millennium: journal of international studies*, v. 26, n. 3, p. 795-818, 1997.

KALDOR, M. *New and old wars: organized violence in a global era*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

MCSWEENEY, B. *Security, identity, and interest: a sociology of international relations*. New York: Cambridge University Press, 1999.

MÜNKLER, H. *The new wars*. Cambridge: Polity, 2005.

NEWMAN, Edward. *The 'new wars' debate: a historical perspective is needed*. *Security Dialogue*, v. 35, n. 2, p. 173-189, 2004.

ÖBERG, Magnus; MELANDER, Erik; HALL, Jonathan. *Are 'new wars' more atrocious? Battle Severity, Civilians Killed, and Forced Migration Before and After the End of the Cold War*. *European Journal of International Relations*, n. 15, v. 3, p. 505-536, 2009.

SNOW, Donald M. *National security for a new era: globalization and geopolitics after Iraq*. New York: Pearson Longman, 2008.

VALENÇA, M. M. *Novas guerras, estudos para a paz e escola de Copenhague: uma contribuição para o resgate da violência pela segurança*. Rio de Janeiro. Tese

(Doutorado em Relações Internacionais)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

WALKER, R. B. J. The Subject of security. In: KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. (Org.). *Critical Security Studies: concepts and cases*. Minnesota: Minnesota University Press, 1997

WALKER, R. B. J. The double outside of the modern international. *Ephemera: theory and politics in organization*, v. 6, n. 1, p. 56-69, 2006.

WENDT, A. *Social Theory of International Politics*. New York: Cambridge University Press, 1999.

WENDT, A. Anarchy is What States Make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.

Recebido em: 17/09/2011

Aceito em: 29/11/2011

